



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA

**ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS RURAIS EM
COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA: ESTUDO DE CASO
ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III, PLANALTINA- DF**

ISABELLE CRISTINA DO PRADO OLIVEIRA

BRASÍLIA, DF
2020

ISABELLE CRISTINA DO PRADO OLIVEIRA

**ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS RURAIS EM
COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA: ESTUDO DE CASO,
ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III, PLANALTINA- DF**

Monografia apresentada à Faculdade de
Agronomia e Medicina Veterinária da
Universidade de Brasília, como parte das
exigências do curso de Graduação em
Agronomia, para a obtenção do título de
Engenheira Agrônoma

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flaviane de
Carvalho Canavesi

BRASÍLIA, DF

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Pa	Prado Oliveira, Isabelle Cristina do ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS RURAIS EM COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA: ESTUDO DE CASO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES III, PLANALTINA- DF / Isabelle Cristina do Prado Oliveira; orientador Flaviane Carvalho Cavanese. -- Brasília, 2020. 46 p. Monografia (Graduação - Monografia (Graduação - Agronomia) --Universidade de Brasília) -- Universidade de Brasília, 2020. 1. Comunidades que Sustentam a Agricultura. 2. Mulheres assentadas. 3. Reforma agrária. I. Carvalho Cavanese, Flaviane, orient. II. Título.
----	---

Cessão de direitos

Nome do Autor: ISABELLE CRISTINA DO PRADO OLIVEIRA

Título da Monografia de Conclusão de Curso: Análise sobre a participação de mulheres assentadas rurais em comunidades que sustentam a agricultura

Ano: 2020

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desse relatório e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva - se a outros direitos de publicação, e nenhuma parte desse relatório pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor

ISABELLE CRISTINA DO PRADO OLIVEIRA

CPF: 05191658108

Quadra 11 CS 14

CEP: 71591205 Cond. Del Lago I – Itapoã- DF, Brasil

(61) 998127061 – email: isabelle_p@live.com

ISABELLE CRISTINA DO PRADO OLIVEIRA

**ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS RURAIS EM
COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA: ESTUDO DE CASO
ASSENTAMENTO OZIEL AVES III**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, como parte das exigências do curso de Graduação em Agronomia, para obtenção do título de Engenheira Agrônoma

Aprovado em ____ de ____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Flaviane Carvalho Canavesi
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária –
Universidade de Brasília
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Luci Sayori Murato
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária –
Universidade de Brasília
Examinadora

Prof. Dr. Armando Fornazier
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária –
Universidade de Brasília
Examinador

*Dedico este trabalho aos meus avós, Domingas
Ferreira do Prado e Emanuel Nunes Dourado,
assentados e agricultores.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigos. Sou grata também a oportunidade de ter feito parte e vivido bons momentos na Universidade de Brasília, onde conheci pessoas de vários cursos além do curso de Agronomia, e que foram fundamentais no meu crescimento pessoal.

Agradeço boa parte dos docentes da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, pois aprendi coisas fantásticas em todos esses anos de graduação.

Agradeço a professora Flaviane Canavesi, por ter sido uma ótima orientadora, e muito paciente. Agradeço aos examinadores da banca Armando Fornazier e Luci Sayori Murata, por dedicarem um tempo de suas vidas para analisar esse trabalho.

Agradeço as mulheres agricultoras e assentadas do Oziel Alves III, que se dispuseram a me ajudar para o levantamento da pesquisa aqui apresentada. E que continuem com o trabalho na terra, tão importante para a sociedade e que tenham toda visibilidade e reconhecimento que merecem cada dia mais.

E por fim, agradeço ao Universo pela finalização dessa etapa, tão importante para iniciar um novo ciclo em minha vida. E como profissional espero que eu siga com meus ideais de estar próxima e trabalhar com quem respeita a terra.

OLIVEIRA, ISABELLE CRISTINA DO PRADO. Análise sobre a participação das mulheres assentada rurais em Comunidades que Sustentam a Agricultura: Estudo de caso, assentamento Oziel Alves III, Planaltina- DF. 2020. Monografia (Bacharelado em Agronomia). Universidade de Brasília – UnB.

RESUMO

Por meio da perspectiva de gênero se investigam objetos como divisão sexual, de trabalho, acesso a mercados, geração de renda, posse de terra, e Reforma Agrária são, por vezes recorrentes no meio acadêmico e têm sua importância no estudo do desenvolvimento rural. Nesse trabalho, essas questões são levantadas para chegar até as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) com um olhar sobre as mulheres assentadas do assentamento Oziel Alves III, em Planaltina- DF. Foi almejado nesse trabalho, saber quais impactos as CSAs propuseram nas vidas dessas agricultoras rurais, a respeito de suas independências financeiras e econômicas. Concluiu-se a partir da pesquisa qualitativa e aplicação remota de entrevistas semiestruturadas entre setembro e novembro de 2020 que as CSAs foram uma das maneiras possíveis de gerar a independência financeira das mulheres entrevistadas, e dessa forma melhorar sua qualidade de vida no meio rural.

Palavras-chave: Mulheres assentadas, Reforma agrária.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formação das CSAs no DF	18
Figura 2: Organização atual do PA Oziel Alves III.	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1 O que é uma Comunidade que sustenta a agricultura?	12
2.2 Comunidade que Sustentam a Agricultura no Brasil.....	16
2.3. Funcionamento da CSA Brasília	18
2.4. Mulheres e Reforma Agrária	20
3 METODOLOGIA.....	25
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	27
4.1. Assentamento Oziel Alves III	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
5.1. Posse de terra, trabalho na terra	31
5.1.2 APROSPERA, EMATER, e outras frentes de apoio à mulher dentro do assentamento.....	35
5.1.3 Sobre as CSAs.....	37
6 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
APÊNDICE	45

1 INTRODUÇÃO

A realidade da mulher e sua condição na sociedade é um tema amplamente discutido dentro e fora do meio acadêmico. Autores e autoras como GUIMARÃES e QUIRINO (2017), BARBOSA e LERRER (2016), PESSÔA e DALRI (2017), tratam de questões em torno às diferenças hierárquicas dentro do meio rural em relação ao gênero, e ao trabalho da mulher camponesa dentro da propriedade rural. Além disso, retratam a situação das mulheres assentadas, aspectos da posse da terra e a Reforma Agrária em seu cotidiano. Essas discussões promovidas pela academia e pela sociedade civil, segundo Neiva Furlin (2013) são importantes para os segmentos sociais que desejam construir novas relações sociais com a pretensão de superar as desigualdades de gênero.

As Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) são lidas por algumas pessoas não somente como uma nova forma de viabilizar a “produção de alimentos” mas sobretudo como uma forma de organização que traz consigo resultados reais em várias partes do mundo e recentemente no Brasil, com sua chegada reportada em 2011 (TORRES, 2017). As CSAs, estão a cada dia crescendo dentro do território brasileiro, dentro de assentamentos rurais e em Brasília, onde atualmente no ano de 2020 possui 35 CSAS, sendo o estado com maior número de CSAs do Brasil.

Para observar este processo, optou-se neste estudo pelo assentamento rural Oziel Alves III, localizado em Planaltina-DF considerando o período inicial de formação dessas CSAs que começam a se organizar desde 2016.

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir se as CSAS propuseram algum tipo de independência nas vidas das agricultoras entrevistadas e observar de que forma essa nova proposta de organização em CSAs contribui para modificar a vidas dessas agricultoras assentadas. Levantamentos realizados permitiram nessa pesquisa observar aspectos no que tange uma possível independência financeira e econômica. Tem ainda como objetivo registrar formas sociais inovadoras que podem favorecer o trabalho das mulheres rurais e reafirmar sua atividade produtiva como agricultoras.

O motivo principal para realizar essa pesquisa veio através do interesse gerado dentro do curso de Agronomia na Universidade de Brasília. Essa tema, ainda é pouco discutido dentro da sala de aula. Assim como outras propostas de organização dentro do meio rural que não seja apenas advindas do agronegócio, como uma agricultura extensiva baseada nos grandes mercados. É necessária essa discussão dentro da graduação, para conhecermos mais sobre o histórico rural do nosso próprio país. Ao citarmos temas como a distribuição de terras, problemas relacionados ao gênero dentro do meio rural, situação de mulheres assentadas, podemos ampliar nossa visão sobre as diferentes realidades dentro do meio rural e procurar por resultados reais de como atuar enquanto profissionais, pois esses tipos de situações, geram atraso para o país dentro e fora do meio rural.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O que é uma Comunidade que sustenta a agricultura?

A transformação da agricultura em modelo de produção de larga escala ligado a modernização da agricultura, processo impulsionado no Brasil em décadas anteriores segundo Emma Siliprandi (2015) trouxe diversos problemas como "[...] a concentração de terra e renda, êxodo rural, desestruturação de comunidades rurais, erosão, salinização dos solos e perda de fertilidade, desmatamento e perda da biodiversidade [...]" (SILIPRANDI, 2015, p.82). A modernização também não possibilitou refletir sobre os processos no meio rural e considerar sua heterogeneidade gerando várias consequências como o êxodo rural, concentração de terra e renda, além de inclusão e/ou exclusão de segmentos sociais no processo agrícola e ainda intensificação das lutas sociais (BALSAN, 2006).

Em contrapartida a esse modelo econômico que conhecemos, há uma proposta de organização econômico-social conhecido como Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) do inglês *Community Supported of Agriculture* que trataremos neste estudo.

Segundo Torunsk (2016) " A origem da CSA não pode ser atribuída a uma pessoa ou a uma única iniciativa concreta..." (TORUNSK, 2016, p. 60). Uma das definições do que é uma CSA para HENDERSON e VAN EN (2007) é:

A Comunidade que Sustenta a Agricultura é uma conexão entre um agricultor próximo e as pessoas que comem os alimentos que o produtor produz. [...]. A essência do relacionamento é o compromisso mútuo: a fazenda alimenta as pessoas; as pessoas apoiam a fazenda e compartilham os riscos inerentes e as possíveis recompensas (HENDERSON e VAN EN, 2007, p. 03. Tradução nossa).

A partir disso, podemos assumir que as CSAs não são simplesmente um modelo de produção e distribuição de alimentos, mas sim um sistema embasado na troca de experiências entre agricultor e coagricultor, e que estes têm

responsabilidades compartilhadas e assumem conjuntamente os riscos de uma produção. Assim o coagricultor diferencia-se de um consumidor convencional.

Diferentemente de um consumidor que vai ao mercado comprar os alimentos apresentados como produtos e com um preço, o coagricultor de uma CSA financia toda a produção do seu alimento, sabe de onde vem o que come, conhece quem o produziu e participa de atividades da comunidade. A CSA Brasil criou o lema “da cultura do preço para a cultura do apreço” que explica em poucas palavras esta transformação proposta pelo movimento da CSA (CSA BRASÍLIA, 2016).

Distanciando-se do sistema convencional ligados a maioria dos sistemas agroalimentares comumente conhecidos pela sociedade “as CSAs possibilitam a exploração de relações comerciais relativamente autônomas entre parceiros, já não baseadas nos preços e nas suas oscilações nas praças atacadistas agrícolas” (JUNQUEIRA e MORETI, 2018 p.527). A relação entre agricultor(a) e coagricultor(a) é um diferencial importante para sustentar o modelo CSA, o preço não é o motivo principal para os coagricultores procurarem as CSAs.

Segundo Camila Torres (2017) as comunidades que sustentam a agricultura não podem ser definidas como uma organização homogênea, pensando em sua configuração e modelo operacional, pois há outros fatores ligados à sociedade, à agricultura e a economia local que irão influenciar a organização de cada grupo de produtores e consumidores (TORRES, 2017).

Após o primeiro Simpósio Internacional de CSAs foram delineados os quatro princípios básicos para configurar uma Comunidade que Sustenta a Agricultura. Sendo eles:

Parceria: As CSA são baseadas geralmente por um contrato entre produtor e consumidor, caracterizado por um compromisso mútuo de fornecer um ao outro (dinheiro e comida) por um longo período de tempo, além de qualquer outro tipo de troca. Os contratos duram vários meses, uma temporada ou um ano.

Local: CSA's são parte de uma abordagem ativa para realocar a economia. Mas local no movimento CSA não se limita a um significado geográfico. A ideia é que os produtores locais sejam bem integrados às áreas vizinhas: seu trabalho deve beneficiar as comunidades que os apoiam.

Solidariedade: CSA's são baseadas na solidariedade entre produtores e os grupos que o apoiam. Compartilhando o risco e os benefícios de uma produção saudável, adaptada ao ritmo natural das

estações e respeitando o meio ambiente, o patrimônio natural e cultural e a saúde.

Pagar antecipadamente um preço justo e suficiente para que os agricultores e suas famílias vivam de forma digna.

Relação produtor- consumidor: É baseado no contrato de pessoa para pessoa, através da confiança e sem intermediários ou hierarquias (BASHFORD et al., 2013, p. 06, tradução nossa).

O Japão tem registrado desde os anos 1960, uma das primeiras formas de organização que se assemelham a uma CSA, conhecido como *Teikei* que significa “*food with the farmer face on it*” que em tradução filosófica livre significa “alimento com a cara do produtor” (HENDERSON e VAN EN, 2007, p. 16). As *Teikeis* se baseiam em 10 princípios:

- 1) Construir um relacionamento amigável e criativo;
- 2) Produzir de acordo com o que foi estabelecido entre produtor e consumidor;
- 3) Aceitar todos os produtos entregues pelo produtor;
- 4) Definir preços a partir do pensamento de benefícios mútuos;
- 5) Aprofundar a comunicação mútua para o respeito e confiança mútuos;
- 6) Gerenciar a auto distribuição;
- 7) Ser democrático nas atividades em grupo;
- 8) Ter interesse em estudar questões ligadas a agricultura orgânica;
- 9) Manter os grupos com números apropriado de membros ;
- 10) Continuar em constante progresso para atingir o objetivo final de viver uma vida ecologicamente correta (KONDOH, 2014, p. 146. Tradução nossa).

As origens das *Teikeis* estão ligadas às críticas ao governo japonês e o cenário provocado pela ascensão mundial da Revolução Verde, onde alguns produtos químicos foram reutilizados na agricultura para controle de pragas e doenças (TORUNSK, 2019). Após denúncias da mídia sobre resíduos de produtos químicos em leite materno e questões ligadas a contaminação de alimentos, além de problemas envolvendo poluição industrial, alguns consumidores se uniram para a compra de leite diretamente com os produtores (KONDOH, 2014). Esse movimento cresceu gerando 8 cooperativas e cerca de 30.000 famílias aderindo aos “clubes de compra de leite”. No outono de 1970 um grupo formado por mulheres donas de casa, que inicialmente era um grupo de estudos sobre segurança alimentar, entraram em contato com produtores dos arredores de Tóquio, solicitando que estes fornecessem hortaliças e ovos cultivados de maneira orgânica para o grupo. O pedido foi aceito por 17

produtores que modificaram o modelo de cultivo e aqui segundo Kazumi Kondoh, (2014) “marca o início das parcerias das *Teikeis*” (KONDOH, 2014. p. 145).

Nos Estados Unidos a origem do modelo de CSA teve influência pelo suíço Jan Vandertuin que procurava disseminar suas ideias para produtores e consumidores sobre possíveis parcerias e sobre agricultura biodinâmica (TORRES, 2019). Em 1986, Vandertuin conheceu a *Indian Line Farmer* fazenda na qual Robyn Van En era proprietária. Van En fazia parte de um grupo de compras coletivas, onde seus vizinhos compravam hortaliças de sua fazenda, motivados pela falta de alimentos próximos as propriedades, fizeram um acordo para o fornecimento desses produtos durante o período de inverno (TORRES, 2017, p. 30). No ano de 1985 Van En, conjuntamente de Vandertuin e John Root Jr introduziram o conceito de “*sharing to costs to sharing the harvest*” que se aplicaria ao novo projeto ligado a distribuição de maçãs onde os consumidores pagariam adiantado pelas cotas de maçãs e a maioria dessas pessoas se comprometeram a pagar cotas de hortaliças para a primavera seguinte. O grupo decidiu espalhar esse conceito para jardineiros e agricultores que nunca haviam concebido a ideia de receber adiantado por sua produção. No inverno de 1985-86 desenvolveram os procedimentos e a logística que seriam aplicadas para alcançar seus objetivos “[...] comida local para a população local a um preço justo para eles e um salário justo para os produtores” (HENDERSON e VAN EN, 2007, p.14).

Chegaram ao nome *Comunity supported of agriculture- CSA* que também pode ser associado a *Agriculture supported of agriculture – ASC*.

Em todo o mundo, em países tão diversos quanto Estados Unidos, Japão, França, China ou Mali, as pessoas que cultivam e as que comem estão formando comunidades em torno de alimentos cultivados localmente. Agricultura Apoiada pela Comunidade (CSA), Teikei, AMAP, Reciproco, ASC - os nomes podem ser diferentes, mas a essência é a mesma (HENDERSON, 2010, tradução nossa).

No Brasil é um movimento que vem se destacando cada vez mais. Desde o início de sua chegada aqui até o atual ano, são cento e cinquenta CSAs em todo território brasileiro e que atendem a mais de duzentos pontos de convivência (CSA BRASIL, 2020). Em assentamentos rurais, realidades que apresentam dificuldades com processos inconclusos de instalação, falta de crédito agrícola, ou mesmo

demarcação de áreas, as CSAs têm destaque como ação pública de apoio ao fortalecimento de uma agricultura proximidade produtora de alimentos.

Nesta perspectiva, tem destaque a possibilidade de apoio à atividade de produção agrícola das mulheres rurais.

A seguir, um breve histórico de como as CSAs se instalaram no Brasil, e em Brasília, cidade onde fica localizado o assentamento Oziel Alves III, onde foi realizado o estudo.

2.2 Comunidade que Sustentam a Agricultura no Brasil

Após apresentarmos o processo que decorre em outros países com a criação das CSAs, chegamos à experiência brasileira que se torna conhecida em 2011 a partir da implementação da CSA Demétria localizada na fazenda de mesmo nome em Botucatu- SP. O artista plástico e designer Hermann Pohlmann compartilhou a ideia de CSA de acordo com o conhecimento adquirido na Alemanha e sua experiência sendo co-fundador da rede alemã *makeCSA* (TORRES, 2017). Após a criação da CSA Demétria outras iniciativas de CSAs se espalharam pelo Brasil no mesmo ano, em 2011, sendo o conceito de CSA apresentado no Fórum Mundial Social em Porto Alegre- RS.

Pohlmann em sua dissertação de mestrado em *fine arts* apresenta as CSA's como uma aplicação dos conceitos de Rudolf Steiner sobre associações e a ideia de que as CSA's são “esculturas sociais”, na qual a sociedade é quem a molda (TORRES, 2017). Steiner foi um filósofo austríaco que criou a ciência da Antroposofia assim como a agricultura biodinâmica e explicou a economia como “um organismo vivo”. Desenvolveu o conceito de “economia associativa” que segundo Brull (2016) pode se definir as associações como locais em que o produtor, comerciante e o consumidor se encontrariam, sem haver um local fixo como as empresas. Nesses locais de encontro, os interesses se somam, tendo como partida a necessidade real do consumidor e o valor real de produção daquela mercadoria.

O conceito de “escultura social” também foi adotado pelas CSA's no Brasil como é observado no portal oficial da CSA Brasília, “Vista como uma escultura social,

a CSA é uma obra de arte social, viva e dinâmica, na qual as pessoas são escultores e também a própria matéria prima, pois a transformação se estabelece nelas próprias, através de suas ações e intenções” (CSA Brasília, 2016).

Ainda que estejamos mostrando o início das CSAs no Brasil, segundo Flávia Torunsk (2019) existem outras iniciativas semelhantes à CSA antes da CSA Demétria que é o caso da ADAO (Associação para Desenvolvimento da Agricultura Orgânica) mas que esta deixou de ser uma CSA ao longo dos anos, porém é a primeira iniciativa de parceria entre consumidores e produtores efetiva no Brasil. Apesar de não levar a sigla CSA no nome, a ADAO foi pensada a partir dos mesmos princípios que uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (TORUNSK, 2019).

Atualmente no Brasil, segundo o *site* oficial da CSA Brasil, existem mais cento e cinquenta unidades em funcionamento até maio de 2020, data do acesso a informação no portal oficial da CSA Brasil e cerca de vinte novas CSA's em fase de criação. Em Brasília segundo a CSA Brasília são trinta e cinco CSA's em funcionamento, no atual ano de 2020. A primeira a ser implementada no Distrito Federal foi a CSA Toca da Coruja em 2015, mas já haviam discussões desde o ano de 2012 de como implementar a ideia das CSA's no Distrito Federal (CSA Brasília, 2016).

Como é possível observar no gráfico (figura 1) elaborada pela CSA Brasília, houve um rápido crescimento do número de

CSAs no Distrito Federal a partir do ano de 2016 e várias dessas localizadas em áreas de assentamento. Segundo Camila Torres (2017), as CSAs são decorrentes de uma parceria entre a CSA Brasília, que reúne a rede de comunidades no DF, e a empresa Matres Socioambiental, com o apoio da ISPN (Instituto Sociedade População e Natureza) e da SEBRAE – DF (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) que desenvolveram um trabalho de consultoria para a formação de CSAs na produção sustentável e agroecológica da APROSPERA – Associação de Produtores Agroecológicos do Alto do São Bartolomeu, localizada na bacia do Pípiripau em Planaltina-DF.

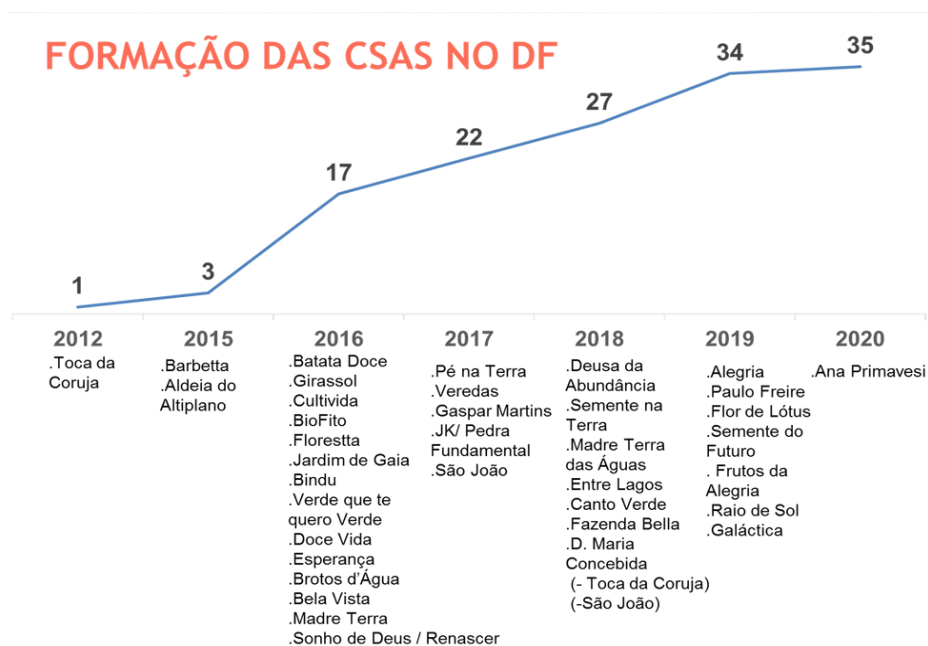


Figura 1: Formação das CSAs no DF

Fonte: SITE CSA BRASÍLIA, 2020

2.3. Funcionamento da CSA Brasília

As CSAs formadas em Brasília representam um total de 44% de CSAs no Brasil. Tal fato reflete um crescimento do interesse para este tipo de aproximação entre agricultoras (es) e coagricultoras (es). Apresentamos fatores sobre as origens da CSAs, segundo algumas literaturas, mas como realmente funciona uma Comunidade que Sustenta a Agricultura? Qual é o valor de um cota? O que contém nas cestas oferecidas pelos (as) agricultores (as)? Ou ainda quais são as obrigações do coagricultor (a) e do (a) agricultor(a)?

Segundo o portal oficial da CSA Brasília, o valor das cotas a serem pagas aos agricultores (as) irá depender do número de coagricultores(as) envolvidos (as). Os (as) agricultores (as) devem apresentar uma planilha com gastos relacionados a produção dos alimentos que serão disponibilizados aos coagricultores(as). A comunidade é responsável por pagar os custos de produção antecipadamente, dessa forma os valores individuais dos alimentos disponibilizados passam a ser o menos

importante e assim “[...] passa-se a valorizar uma visão sistêmica da produção e tornam-se visíveis outros aspectos realmente necessários para sustentar o tipo de agricultura que a comunidade deseja[...]” (CSA BRASÍLIA, 2016).

Dentro das cestas comumente chamadas de cotas, geralmente são disponibilizadas de 7 a 10 itens, variados, respeitando a sazonalidade na produção desses alimentos. Dentro da cesta também podem vir outros produtos oferecidos pelos agricultores (as) como mel, leite, pães, queijos e o que mais a comunidade quiser apoiar e sustentar (CSA BRASÍLIA, 2016). Os coagricultores expressam quais produtos desejam consumir mas não escolhem quais produtos irão semanalmente nas cestas, isso depende da sazonalidade e das condições da produção, fatores explicados aos coagricultores (as) durante as formações das CSAs. Dessa forma os (as) agricultores(as) compõe as cestas com diversos alimentos que estão disponíveis para a colheita, evitando o desperdício na propriedade e o total escoamento desses alimentos e o (a) coagricultor (a) é estimulado(a) a conhecer novos alimentos (CSA BRASÍLIA, 2016).

As cestas/cotas são distribuídas em locais chamados de pontos de convivência, onde os membros de uma CSA se encontram semanalmente, podendo ser esse local próximo aos locais de produção, uma escola, algum comércio, a casa de algum membro e até na própria propriedade rural. Os pontos de convivência são locais onde há um momento de aproximação entre agricultores(as) e coagricultores(as), onde acontece a comunhão entre os dois grupos e assim os laços afetivos tão valorizados pelo modelo CSA se fortalecem cada vez mais (CSA BRASÍLIA, 2016).

O tempo desse compromisso estabelecido entre agricultor (a) e coagricultor (a) costuma durar de 6 a 12 meses, que é um tempo essencial para parte dos (as) agricultores (as) pois é o tempo que leva desde a semeadura, plantio e colheita de alguns alimentos. É importante que esse compromisso seja mantido para que o (a) agricultor (a) possa se dedicar à terra sem se preocupar com o escoamento dos produtos e para que a comunidade formada tenha tempo de “criar laços e cultivar o apreço” (CSA BRASÍLIA, 2016).

Como relatado anteriormente no ano de 2016 houve um crescimento de CSAs no Distrito Federal, e boa parte em áreas de assentamentos rurais, diferente das primeiras CSAs relatadas em Brasília. Há uma diferença entre essas CSAs? Segundo

KAISER et al (2017) após a implementação das CSAs no assentamento Oziel Alves III algumas mudanças puderam ser observadas como a autoestima dos (as) produtores (as) ligado a dignidade de viver na terra em um assentamento, além da convivência em grupo e as trocas de conhecimento entre coagricultores (as) e agricultores(as). O ponto de vista econômico aqui também é citado como algo importante e que teve grande melhoria para esses (as) agricultores(as), com o aumento de renda não há uma maior necessidade da saída da propriedade rural para irem trabalhar na cidade.

A realidade almejada é que parem de fazer esses trabalhos extras para completarem suas rendas familiares e foquem apenas no trabalho do campo. Outro importante ponto positivo da entrada das CSAs no assentamento Oziel Alves III, é o retorno dos jovens para a propriedade rural, segundo Kaiser et al (2017), esses jovens viram uma oportunidade de empreender, boas práticas de produção sustentável e uma vida melhor do que nos centros urbanos.

Dada essa breve apresentação das CSAs em Brasília e no assentamento Oziel Alves III, em seguida é apresentada uma seção sobre a questão das mulheres na Reforma Agrária brasileira, e a importância da posse de terra para essas mulheres assentadas.

2.4. Mulheres e Reforma Agrária

Uma das principais lutas das mulheres na sociedade está ligado ao sexismo, tanto na área do trabalho produtivo quanto ao aspecto geral da sociedade. O sexismo pode ser compreendido como uma visão de hierarquia social existente onde um gênero se eleger como dominante sob outro gênero (WILLVOCK, GERMANI e RONCATO, 2016). E no caso das mulheres rurais, essa realidade não é tão diferente, Raquel Q. Gonçalves e Soraia Guimarães (2017), ressaltam as dificuldades das mulheres rurais em conseguirem direitos básicos como benefícios sociais, crédito, formação profissional e a assistência técnica, além da disparidade econômica presente nos indicadores de trabalho e renda que apresentam. Segundo as autoras isso torna os problemas ligados à gênero mais exacerbado no meio rural. (GONÇALVES e GUIMARÃES, 2017).

Andrea Butto e Karla Emmanuela R. Hora (2008) comentam que as desigualdades causadas no meio rural referentes ao gênero são baseadas em relações de poder, basicamente econômicos “[...]Historicamente, as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária” (BUTTO e HORA, 2008. p. 22). As divisões de tarefas dentro da propriedade rural são ligadas ao gênero, sendo que o trabalho dentro de casa realizado pelas mulheres é considerado mais “leve” por não gerar uma renda para a propriedade. Essa estrutura, segundo as autoras é responsável por ajudar a perpetuar a desigualdade dentro do meio rural (BUTTO e HORA, 2008).

Fiúza, Pinto, Galinari e Barros (2009) também trazem a discussão sobre o papel da mulher do meio rural e como o seu trabalho como dona de casa não ser considerado de igual relevância que o trabalho de uma produtora rural, então suas atividades seriam uma “ajuda” dentro da propriedade. Reforçando as ideias de outras autoras e autores que estudam sobre essa desigualdade de poder no meio rural, quando se trata principalmente do trabalho da mulher na propriedade. (FIUZA, PINTO, GALINARI e BARROS, 2009).

Anita Brumer (2004) comenta que essa questão do trabalho ser “leve” ou pesado está ligado ao fato da pessoa que está operando o trabalho. Ao considerar que as mulheres do meio rural, não apenas trabalham dentro de casa, mas também realizam outros trabalhos como cuidar, da horta, trato de animais pequenos, buscar água em lugares distantes da propriedade, e até trabalhar na colheita, a autora conclui que a questão desse trabalho não ter a mesma carga de remuneração e valorização que o trabalho realizado pelos homens, provem de uma questão cultural estabelecida por essas relações hierárquicas (BRUMER, 2004).

Uma das formas das mulheres camponesas alcançarem o desenvolvimento dessa igualdade dentro do meio rural, e principalmente dentro das hierarquias formadas nas famílias é através da posse da terra, segundo Maria Barbosa e Débora Lerrer (2016).

[...] a “terra” é uma importante “barganha”, pois além de ser considerada como um bem econômico material, que proporciona segurança econômica, pode significar bem-estar e garantia de liberdade e dignidade. [...] o acesso à terra aumenta a possibilidade de

produção, acesso a crédito, assistência técnica, informação e participação em diferentes espaços políticos, sendo elemento essencial na construção de igualdades reais entre homens e mulheres camponeses (BARBOSA e LERRER, 2016. p. 244).

Em 1964, temos um importante marco jurídico para a questão agrária no país, com o Estatuto da Terra, que segundo Butto e Hora (2008) foi uma importante ferramenta para democratizar o uso das terras no processo de reforma agrária brasileira, que pretendia promover uma justiça social e uma maior produtividade dentro das propriedades rurais. Houve a partir disso, um movimento maior para assentar famílias de agricultores, e foram promovidos programas destinados a essas famílias rurais. No entanto as mulheres não receberam uma atenção especial ao que tange os direitos de posse de terra, ou programas específicos para desenvolvimento dentro do meio rural. Bem como, ao passar dos anos a tecnologia investida para máquinas e insumos utilizados no campo não acompanhou o desenvolvimento também das mulheres, criando tecnologias para facilitar seu trabalho doméstico. Dessa forma, segundo as autoras, mais uma maneira de segregação sexual dentro do meio rural foi ampliada (BUTTO e HORA, 2008).

No final da década de 1980, após muita luta das mulheres camponesas, conjuntamente aos movimentos sociais ligados ao meio rural, há uma mudança no quadro para a redemocratizar os direitos das mulheres com relação à posse de terra e ao seu desenvolvimento no campo. Mesmo assim, segundo BUTTO e HORA (2008), essas mudanças não mencionavam diretamente os direitos dessas mulheres, pois eram programas baseados na unidade familiar, e tendo como principal objetivo a produtividade dentro da propriedade.

A escolha pelo recorte da agricultura familiar sucumbia os interesses das mulheres como sujeitos de direito, de forma que essas novas políticas não alcançavam da maneira esperada as mulheres camponesas, pelo fato de não se adequarem à realidade destas, o que acabou gerando segundo as autoras uma exclusão dessas nos processos de políticas produtivas, e ao acesso aos benefícios de desenvolvimento no meio rural (BUTTO e HORA, 2008).

O censo da Reforma Agrária de 1996 foi o primeiro a produzir dados em relação a situação das mulheres assentadas e a partir de estudos e pelos dados do censo o que se pode concluir, é que apesar do direito à posse da terra ter sido garantido por

lei, não houve efetivamente uma mudança na distribuição das terras pela reforma agrária, onde as mulheres fossem de fato contempladas (BUTTO E HORA, 2008).

A titulação conjunta foi um marco para a questão agrária no que diz respeito a posse de terra por parte da mulher. Esses direitos só foram conquistados pela ativa participação das mulheres nas lutas, e novamente interligando-se aos movimentos sociais do campo como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, sindicatos, e no Movimentos das Mulheres Trabalhadoras sem Terra – MMTR (BARBOSA e LERRER 2016).

No Plano de Desenvolvimento do Assentamento- PDA do Assentamento Oziel Alves III, local de estudo desse trabalho, o MST teve participação na luta pela terra, sendo esse um de seus três principais objetivos, que são: Lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no Brasil (MST, 2016a). Entende-se que na luta por mudanças sociais a pauta para uma melhor igualdade de gênero está inclusa. Segundo Jeniffer Ribeiro Pessôa e Neusa Maria Dal Ri (2017) umas das primeiras ações do MST em relação a discussão da questão de gênero dentro do meio rural, foi em 1985 no I Congresso Nacional, onde segundo as autoras “[...] foram aprovadas normas gerais e a organização de comissões de mulheres para discutir problemas específicos; estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade; combater toda forma de discriminação das mulheres; e lutar contra o machismo” (PESSÔA e DAL RI, , 2017, p.10).

No primeiro caderno de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, é evidenciado que deve ter a participação de uma mulher em todos os níveis de organização (MST,1986). Ainda no ano de 1986 o MST, lançava o caderno de formação nº 10, “A luta continua: como se organizam os assentados” onde é trazido pelo movimento, questões como o empoderamento das mulheres dentro do movimento a partir de maior participação por parte dessas militantes, e onde o trabalho das agricultoras é reconhecido além do trabalho exercido dentro de casa. (MST, 1986b). A seguir algumas dessas resoluções já difundidas pelo movimento.

1º) Que os homens apoiem as iniciativas e a organização das mulheres, dando força para suas esposas participarem.

2º) Que os assentamentos onde as mulheres já têm organização ajudem as mulheres dos outros assentamentos onde não há esta organização e está difícil de começar a nível de estado.

3º) Que as mulheres assentadas incentivem e animem as mulheres dos sem terra a participar das reuniões e do Movimento.

4º) Que nas comissões dos assentamentos, estaduais e nacional, as mulheres conquistem o seu espaço, sem paternalismos, mas sendo-lhes reconhecida a capacidade de ocupar tais cargos.

5º) Que as secretarias estaduais dos sem terra enviem material para ajudar a organização das mulheres nos assentamentos.

6º) Que as mulheres participem na renovação sindical, exijam o direito de associação e conquistem seu espaço nas diretorias.

7º) Que as mulheres votem nos candidatos que são mulheres e/ou trabalhadores que defendem os direitos dos assentados e das mulheres na Constituinte.

8º) Que, ao tirar documentos em que conste a profissão, as mulheres possam colocar que são trabalhadoras rurais, não aceitando a simples denominação 'doméstica' ou 'do lar'. Isto é importante agora na troca de título de eleitor e em caso de título de eleitor e em caso de núpcias na certidão de casamento, entre outros (MST, 1986b, p. 33).

A partir das ações praticadas ao longo dos anos pelo MST, e pelo material desenvolvido nas cartilhas, é possível visualizar que o movimento se empenha para acabar com a desigualdade de gênero dentro do meio rural e dentro do próprio movimento (PESSÔA e DAL RI, 2017). Furlin (2013), levanta que essas ações e políticas desenvolvidas pelo movimento, não surgiram apenas pelo "Movimento em si", mas pela organização das mulheres que exigiram uma maior participação no movimento. Dado isso, a autora comenta que fatores externos ligados a agências financiadoras do movimento, que exigiam uma maior participação e representatividade de figuras femininas no movimento para obtenção desse apoio (FURLIN, 2013).

3 METODOLOGIA

A metodologia consistiu-se em uma revisão de literatura com descritores como CSA e mulheres na reforma agrária para conformar a escrita do referencial teórico e levantamento de trabalhos já realizados nos temas de interface com esta monografia.

Dados sobre CSAs foram levantados nos sites da CSA Brasil, CSA Brasília, e nas literaturas citadas. E do universo de trinta e cinco CSAs em Brasília, optou-se pelo recorte de três CSAs que tinham protagonismo de mulheres, sejam cuidando sozinhas das suas áreas de produção, o caso de duas delas, seja produzindo com a família, em outro caso.

Para realizar esse trabalho, o critério para a escolha destas CSAs, foi pelo fato de serem protagonizadas por mulheres assentadas da Reforma Agrária, do assentamento Oziel Aves III, localizado em Planaltina- DF. Buscou-se olhar para as experiências que mostrasse mulheres assentadas, diante dos desafios e oportunidades colocadas, e levantar de que forma, suas atuações em CSAs propiciavam o fortalecimento da atividade como agricultoras.

Para o levantamento das trajetórias das entrevistadas, optou-se pela pesquisa qualitativa, seguindo entrevistas conforme o Apêndice 1. Devido ao período inédito que impôs as normas de isolamento social, por causa da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus no ano de 2020. No dia 26 de fevereiro de 2020 o Brasil teve o primeiro caso confirmado de infecção pelo novo Corona Vírus – SARS 19 (MS, 2020), essa confirmação de caso deixou o país em alerta e medidas de prevenção foram tomadas, como o distanciamento social¹. Dessa forma as relações sociais cotidianas se modificaram e se adaptaram. Tal fato, afetou a pesquisa em campo, onde as entrevistas seriam conduzidas presencialmente.

Dada a situação, optou-se em realizar as entrevistas de maneira remota, utilizando um aplicativo de celular de troca de mensagens onde foi possível enviar as perguntas que foram conduzidas através de áudios e respondidas também através de áudios de forma assíncrona. Houve contratempos em relação às escolhas das

¹ No dia 26 de fevereiro de 2020 o Brasil teve o primeiro caso confirmado de infecção pelo novo Corona Vírus – SARS 19 (MS, 2020), essa confirmação de caso deixou o país em alerta e medidas de prevenção foram tomadas, sendo a primeira dela o distanciamento social

agricultoras informantes a serem entrevistadas, pela disponibilidade de tempo que dispunham essas agricultoras, quanto do acesso as redes que permitissem a realização das entrevistas tornando desafiadora a pesquisa de campo.

As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2020. As agricultoras entrevistadas responderam a perguntas formalizadas de um roteiro, mas ao decorrer da conversa, outras perguntas surgiram de acordo com as respostas das entrevistadas. Esse tipo de levantamento, segundo Valdete Boni e Silvia Jurema Quaresma (2005) permitem uma “[...]investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes [...]” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 08) onde:

“[...] o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” e ainda permitem uma interação mais espontânea (BONI e QUARESMA, 2005, p. 08).

A principal vantagem desse tipo de entrevista é a qualidade da amostra da população, dessa maneira outros pontos que podem ser chave para entender a complexidade do tema, podem ser utilizados de forma valiosa para a pesquisa, já que as entrevistadas podem se sentir mais à vontade. Porém, apesar da escolha desse tipo de metodologia ter sido avaliada como melhor nesse caso de imposição de um distanciamento por motivo de saúde pública, não foi totalmente possível uma maior troca espontânea de relatos. Apesar de informações de informações relevantes poderem ter sido levantadas para este estudo, notou-se limitação clara e a necessidade de uma aplicação presencial para conduzir o roteiro das entrevistas semiestruturadas.

Foram realizadas 15 perguntas, sobre a chegada dessas mulheres ao local do assentamento, posse de terra, relação com a terra enquanto mulheres produtoras e as Comunidades que Sustentam a Agricultura, o roteiro completo pode ser visualizado no Apêndice deste trabalho.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1. Assentamento Oziel Alves III

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Oziel Alves III (2013) foi feito pelo GDF (Governo do Distrito Federal), a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal (SEAGRI-DF) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF) como condição de planejamento da instalação do assentamento que teve início no de 2002, que teve como pressão social para sua instalação a organização das famílias no Movimento Sem Terra (MST). Localizado na região administrativa de Planaltina-DF o assentamento rural está entre duas bacias hidrográficas a Bacia do Rio Preto e a Bacia do rio São Bartolomeu.

A organização espacial do assentamento considerando as parcelas de lote, área comunitária, reserva legal, área de proteção permanente, estradas e o excedente da faixa de domínio do antigo Departamento de Estradas e Rodagens (DER), totalizam uma área de 2.187,23 mil hectares (figura 2), segundo o PDA OZIEL ALVES III. Foram contabilizados em 128 chácaras onde houveram as entrevistas, um total de 402 moradores, e com uma média de 4 moradores por lote. Sendo assim, o levantamento estimado de moradores em 2013 quando estudo foi realizado foi de 528 moradores nos 168 lotes do assentamento.

Outro dado importante levantado no assentamento Oziel Alves III é o gênero dos moradores, sendo que no ano de 2013 dentre os 402 entrevistados 201 se identificavam como homens e 201 se identificavam como mulheres.

No ano de 2013, em que PDA foi realizado, a situação produtiva no assentamento era baseado em lavouras plantadas na época “das águas” ou “de verão” pela falta de água destinada a irrigação. Algumas das culturas que poderiam ser encontradas nas chácaras como alguns grãos entre eles o milho, feijão de corda e eventualmente amendoim (PDA OZIEL ALVES III, 2013). Para garantir a subsistência e nutrição das famílias, cerca de 10 chácaras receberam projetos da Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), esses projetos de tecnologia social visavam a garantia de segurança alimentar das famílias.

Segundo ainda o PDA do assentamento Oziel Alves III (2013), cinco chácaras utilizavam água de irrigação para pequenas áreas (variando de mil metros quadrados a um hectare), para o cultivo de olerícolas. Não havia uma produção significativa pela falta de água disponibilizada para a irrigação, o que mantinha as produções de maiores densidades dependentes da disponibilidade natural de água, umas das formas citadas no PDA para a obtenção dessa água seria a captação de águas pluviais, também é observado o fato de cisternas abandonadas por falta de água no perfil do solo a uma profundidade de 20 metros (PDA OZIEL ALVES III, 2013).

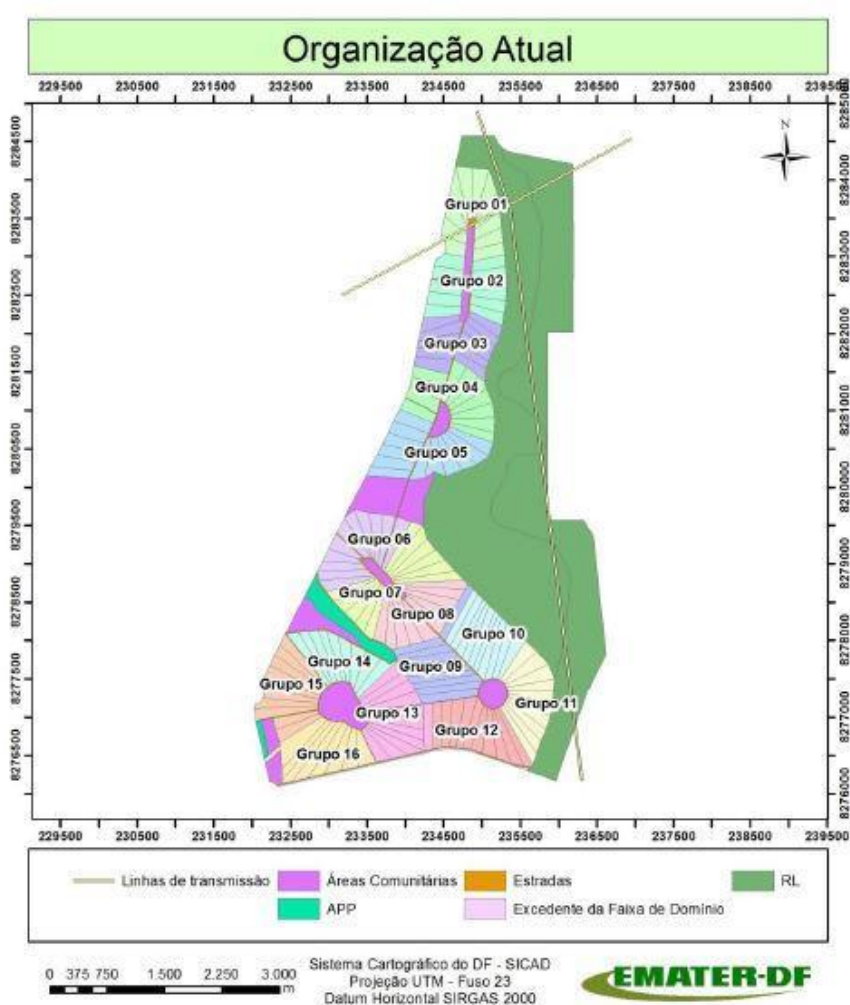


Figura 2: Organização atual do PA Oziel Alves III.

Fonte: (PDA OZIEL ALVES III, 2013).

A organização social do assentamento era vista como algo primordial para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos assentados. Uma das formas

de se manter a qualidade dos alimentos e recursos naturais presentes na área do assentamento diz respeito às boas práticas de produção e agroecologia. A APRACOA - Associação dos Produtores Rurais Artesanais do Oziel Alves é a representação jurídica do assentamento e foi fundada em 2011, tendo na época 142 moradores associados (PDA OZIEL ALVES III, 2013).

Em 2016 nasceu a APROSPERA - Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto do São Bartolomeu e no ano de 2018 contava com 45 associados que produzem de maneira sustentável utilizando dos conhecimentos da agroecologia e implementando sistemas de produção como as agroflorestas. Fazem parte da APROSPERA núcleos rurais que estejam presentes na Bacia do Ribeirão Pipiripau. A associação trabalha com as CSAs sendo que a maioria destas estão presentes no Oziel Alves III (WWF, 2018). Segundo Kaiser et al (2017), “O trabalho da associação passa a modificar as condições das famílias de modo a “chamar” de volta os jovens às terras de suas famílias e revelando o precioso trabalho das mulheres no desenvolvimento da instituição” (KAISER et al, 2017, p. 02).

No início da formação, a maior dificuldade dos produtores era a falta de informações sobre métodos de produção que fossem agroecológicos, além da baixa escolaridade de alguns produtores, o que dificultava ainda mais o conhecimento teórico sobre agroecologia (KAISER et al, 2017). Outra dificuldade diagnosticada pelo levantamento do Instituto Sálvia de 2014, era a comercialização dos produtos, pois já havia sido definido o modelo de produção a ser trabalhado mas possuíam a dúvida de qual seria o público que adquiriria esses produtos. Além de sincronizar a produção com o escoamento já que em anos anteriores esse havia sido realmente um grande problema para os (as) agricultores(as).

Kaiser et al (2017) traz que a solidariedade sempre foi um emblema da associação, sendo portanto uma das formas que os(as) associados(as) resolveram uma de suas dificuldades.

Desde a criação do grupo fundador, o mutirão é um componente fundamental. O primeiro ocorreu no dia 14 de fevereiro de 2015; desde então, a APROSPERA organizou 83 mutirões! Cada quarta-feira de manhã, o grupo se reúne na chácara de uma família para trabalhar nas plantações. O sistema rotativo, baseado na participação, cria um sentimento de repartição justa entre os agricultores; assim toda chácara recebe o mutirão de forma equitativo. O mutirão fortalece a

mão de obra. A quantidade de serviço - principalmente serviços pesados como preparo de áreas, tratos culturais como manejo de bananeira, podas, plantios de árvores, instalação de canteiros, etc - pode ser rapidamente vencido com um grupo de mais de 20 pessoas. Essa quantidade de braços estimula e motiva os agricultores (KAISER et al, 2013, p. 04).

Após o trabalho coletivo os membros da associação se reúnem em um almoço oferecido pelo proprietário do local, onde está ocorrendo o mutirão e posteriormente fazem uma reunião para falar de assuntos ligados a APROSPERA. Além da solidariedade ser um pilar para relação entre os membros da associação, as CSAs também fizeram parte para soluções de escoamento de produção, além do contato criado entre agricultores (as) e coagricultores (as) estendendo esses laços de solidariedade (KAISER et al, 2017).

De forma solidária, os co-agricultores se responsabilizam pela autogestão da comunidade participando em comissões de comunicação, finanças, acolhimento e de convivência. De forma coletiva, os co-agricultores financiam os custos de produção e em troca, recebem semanalmente os produtos orgânicos e agroecológicos. Dessa forma, o agricultor não tem perdas de produtos, não há atravessador ou intermediário e ele tem a garantia de receber um valor mensal fixo por seu trabalho e apoio com os custos de manutenção do sistema (KAISER et al, 2017, p. 05).

O Assentamento Oziel Alves III possui sete CSAs funcionando até a data de visita no site da CSA Brasília no ano de 2020 (CSA BRASÍLIA, 2020), para a pesquisa desse trabalho foram utilizados três CSAs, todas “comandadas” por mulheres agricultoras e que possuem as suas CSAs como principal fonte de renda.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Posse de terra, trabalho na terra

Nessa seção serão discutidos os resultados das entrevistas com as mulheres agricultoras assentadas do Oziel Alves III, tendo em vista o conteúdo trazido pela revisão bibliográfica. Compreende-se como assentamento rural “[...] as unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2020).

Para proteção da privacidade das mulheres entrevistadas vamos utilizar os pseudônimos de: **AGRICULTORA 1**, **AGRICULTORA 2** e **AGRICULTORA 3**. A partir dos resultados obtidos através das entrevistas e com o auxílio das referências bibliográficas, pode-se chegar às análises de resultados.

Dessa forma, buscou-se saber como foi o processo de ocupação da terra pelas mulheres entrevistadas, desde o momento em que se encontravam em acampamentos rurais, até o direito de posse à terra e as dificuldades acerca desse processo.

Nas palavras da **AGRICULTORA 1**, que tem 54 anos, é divorciada e possui um filho e uma neta que não são residentes na propriedade, é uma produtora rural e possui a CSA desde 2018.

A minha chegada no assentamento [...] Meu sonho era ter uma terra. Eu encontrei uma amiga que morava em assentamento, e perguntei como era pra eu ter acesso. (AGRICULTORA 1. Entrevista realizada em Setembro de 2020).

A produtora ainda destacou que para fazer parte de um assentamento tem a participação no movimento, como reuniões, ocupações, e a permanência dentro do acampamento, o que segundo ela, gera uma pontuação que te torna apto a concorrer as parcelas que forem surgindo.

[...] você tem que morar, você tem que conquistar realmente a terra. Fui militante, passei a participar de tudo dentro do acampamento, e fui conhecendo a história do MST, e fui gostando, aprendendo e amando, vendo como é para se conquistar uma terra. Porque as pessoas de fora pensam que quem está aqui é pra fazer baderna, não querem

fazer nada. (AGRICULTORA 1, entrevista realizada em Outubro de 2020)

E após 2 anos de acampamento e participando das lutas do movimento, a entrevistada conseguiu estar apta a concorrer a parcela de terra. A dificuldade de se manter sozinha na propriedade no começo do processo também é relatada.

Você conseguiu a terra mas e aí você vai viver do quê? Por que você não pode sair da terra, pra poder trabalhar fora. E aí começou outra luta né, como ficar aqui na terra. Você tem que se virar aqui dentro. Só podia se ausentar por 72 horas na semana, então eu saía e ia trabalhar de cozinheira, de doméstica e aí conseguia um dinheiro e ia fazendo uma coisa e ia fazendo outra. E após 3 anos dentro da terra, nós recebemos um documento provisório que vale 5 anos e você recebe um auxílio de R\$ 3.000 (três mil reais) para comprar ferramentas e tinha o dinheiro pra fazer uma compra no mercado. E aí pronto. Não tivemos mais ajuda do INCRA. (AGRICULTORA 1, entrevista realizada em Setembro de 2020)

A **AGRICULTORA 1** ainda destaca a importância da titulação da terra no nome da mulher, para esse processo.

Uma coisa maravilhosa que aconteceu é que a terra vem titulada em nome da mulher, justamente por causa disso, os maridos vinham e vendiam a terra e a mulher ficava na rua de novo. Na época meu ex marido voltou, tentou tirar a minha terra, mas ele não conseguiu, justamente por isso por que o título da terra é da mulher. Mesmo que venha o nome dos dois mas quem tem o direito é a mulher. (AGRICULTORA 1. Entrevista realizada em setembro de 2020).

A titulação conjunta foi uma vitória para as mulheres assentadas rurais. A Instrução Normativa² nº 981 de 2003, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) formaliza que as titulações das terras da Reforma Agrária devem estar obrigatoriamente no nome do homem e da mulher residentes no lote, estando esses em união estável ou matrimônio (INCRA, 2003).

Deere (2004), cita que as reivindicações das mulheres dentro do meio rural, atingiu o “sucesso” após a Marcha da Margaridas. Uma marcha nacional organizada pela CONTAG (Confederação Nacional dos trabalhadores da Agricultura) e outros

² Decreto nº 4.705, de 23 de maio de 2003 e o art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 164, de 14 de julho de 2000

movimentos sociais do campo, realizada em Brasília, em Agosto de 2000. Trabalhadoras do meio rural de todo o Brasil, se uniram para reivindicar os direitos dentro da propriedade rural, como por exemplo a titulação conjunta. Dessa forma houve uma pressão nos órgãos que gerenciam a situação agrária no Brasil como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a reverem suas regulamentações e propostas sobre a situação das mulheres (DEERE, 2004).

A **AGRICULTORA 2** tem 45 anos, possui duas filhas, e não é casada. Acrescentou que as filhas têm ensino superior, e tudo graças ao seu trabalho como agricultora rural. Possui uma CSA desde 2017. Conta parte do seu processo para a posse a terra. Ela possui 15 anos de assentamento, mas no Oziel Alves III ela tem apenas 10 anos, após surgir a oportunidade de troca de lotes.

A terra que eles iam dar lá (no outro assentamento), era muita terra mas não era uma terra produtiva, era muito cascaldeta, mas só após trabalhar nela talvez daria pra plantar algum tipo de palmeira. Uma gueroba... E não tinha água, então seria muito sofrido. Então surgiu a oportunidade de troca, uma pessoa teve problema e quis trocar o lote.[...] Como eu nunca fui casada, a titulação veio direto no meu nome, eu não tive nenhum tipo de problema. (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020).

Já a **AGRICULTORA 3**, tem 53 anos, é casada e tem três filhos e dois netos. Ela está na propriedade há 20 anos. Segundo ela, sua CSA possui cinco anos e possui dois pontos de convivência em Brasília. Todos os filhos e a nora trabalham e moram com ela no lote. Sua única ocupação é como agricultora rural, mas relata que além da CSA, o marido participa de uma feira na Asa Norte- DF.

Olha *a gente viemos* pra cá em 2003, nós ficamos acampados e depois em 2005 nós passamos pra chácara e em 2008 eles passaram pra gente a concessão de uso da terra. E é isso né, a gente embaixo de uma lona terrível, quente que só. Não tinha uma árvore, só tinha braquiária pura... água?? Só Deus na causa, muito difícil. Mas hoje é completamente diferente, é uma benção. (AGRICULTORA 3. Entrevista realizada em outubro de 2020).

Quando foi perguntado sobre a questão da titulação conjunta e as possibilidades de obter a posse da terra, ela respondeu:

Na verdade tá no nome de nós dois né, mas a prioridade é das mulheres né... Aqui a prioridade é das mulheres. [...] no início foi muito difícil, por que a gente tinha que trabalhar na rua pra trazer alimento pra casa, meu marido tinha que levantar de madrugada, ia cedo pra feira, pra vender verdura, fruta... Então no início foi muito difícil pra gente [...]". (AGRICULTORA 3. Entrevista realizada em outubro de 2020)

A **AGRICULTORA 2**, relata brevemente como foi seu processo de posse da terra e suas maiores dificuldades no início, quando ainda não tinha meios de se sustentar na terra.

Eu nunca fui casada, então eu não tive nenhum tipo de problema pra obter a titulação, já veio direto no meu nome. [...] No começo aqui na terra foi muito difícil, por não ter dinheiro, por não ter a terra preparada né, mas como passar do tempo a gente cria uma galinha, um porco, faz um canteiro de alface ai você leva pra rua, faz um canteiro de tomate, o tomate que não vende você faz um molho, transforma num tomate seco, e aí agrega valor né. A aí partir daí entra um dinheirinho. (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020).

Sobre o trabalho na terra, a **AGRICULTORA 1**, cita o orgulho do trabalho e as desigualdades em relação a luta na terra pelas mulheres.

[...] Ninguém achava que eu ia dar conta de fazer nada [...] e pra mim conseguir conquistar meu espaço que eu tenho hoje igual meu trabalho é respeitado...Eu tenho orgulho do que é hoje minha vida, ainda falta muita coisa pra mim poder tá financeiramente tranquila[...] Mas hoje pelo menos eu já tenho uma renda, eu posso ir ao mercado e comprar um pacote de arroz... Quantas vezes que eu troquei um alimento da minha casa por um outro por que eu não tinha o que come [...] E hoje eu e outras mulheres aqui, elas conquistou seu espaço... a gente lutou muito. Sabe, é desigual a luta de uma mulher, dentro de uma terra pra conquistar. (Agricultora 1. Entrevista realizada em setembro de 2020).

5.1.2 APROSPERA, EMATER, e outras frentes de apoio à mulher dentro do assentamento

Sobre a questão das mulheres dentro do assentamento Oziel Alves III e a relação destas agricultoras dentro da APROSPERA a **AGRICULTORA 1**, acrescenta o apoio da Associação para a organização das mulheres enquanto produtoras. E ainda é citado outras frentes de apoio para mulheres dentro do assentamento, como a WWF e a EMATER.

[...] então a gente é muito bem assistido, e graças a Deus a mulher principalmente, tem o curso de valorização das mulheres. [...] e isso tem dado dignidade, você precisa ter dignidade, poder ir no mercado e poder comprar seu alimento, então é algo que tem mudando muito aqui dentro [do assentamento], então todo mundo tá tendo ocupação, tá tendo o que fazer [...]. Tem a Emater que são muito solícitos, eles auxiliam a gente bastante, nos orgânicos [...]. Eu conheci a APROSPERA por que teve um mutirão na casa de um amigo e eu fui cozinhar lá, dessa forma eu conheci a Associação e eu já tinha vontade de plantar orgânicos e foi uma transformação na minha vida. (AGRICULTORA 1. Entrevista realizada em setembro de 2020)

A **AGRICULTORA 2** cita a importância desses projetos como a APROSPERA e o grupo de mulheres chamado As do Cerrado, para a facilitar a organização das mulheres produtoras dentro do assentamento.

[...] A APROSPERA que foi uma associação que a gente teve muito voz ativa, em falar em opinar e ela nos ajudar a buscar parceria com profissionais da área da agroecologia, então a partir daí a gente teve voz ativa como mulher. Tem também algumas feiras livres que quem participa é mais as mulheres. A gente também tem um grupo de mulheres aqui, chamado As do cerrado. A gente colhe, faz o extrativismo consciente, a gente tira o que o que vai usar, e deixa o que os pássaros vão comer e a semente a gente leva de volta pra natureza [...] (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020).

Ainda nas falas da **AGRICULTORA 2**

Eu tenho um apoio da EMATER, na questão de produção, de receita, por exemplo quantos hectares de banana, o que que eu tenho que fazer se eu precisar aí eles me apoiam [...] eu tenho uma linha de crédito que chama e ela é feita a partir da EMATER, a EMATER é a chave que a gente chegue até essa linha de crédito, que é do Governo do Distrito Federal (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020).

Uma rede citada pela AGRICULTORA 2, foi a Rede Bartô que está por trás do projeto As do Cerrado, que é um projeto financiado internacionalmente. No portal da IAF – *Inter American Foudantion*, existem poucos dados explicando melhor sobre a atuação da rede, mas há um breve tópico como o objetivo do projeto que é “Apoio à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar da Bacia do Rio São Bartolomeu” e com a área de ênfase em agricultura sustentável e segurança alimentar (PORTAL IAF, 2020. Tradução nossa).

[...] É um projeto de empoderamento feminino né, voltado só pra mulher, e tem também uma linha de crédito né, uma instituição de fora do Brasil que financia isso. [...] eles recebem dinheiro de fora do Brasil e esse dinheiro é revertido em materiais pra que a gente trabalhe, como irrigação, canos, bomba, tobatas, material pra estufar, material pra poço de criação de peixe. Por exemplo ela vai fazer uma implementação numa agrofloresta que foi doada por eles, essa implementação dependendo do valor do dólar no dia que dinheiro sair pro projeto sair, é em torno de dez mil reais. Então a gente não pega dinheiro, a gente faz uma lista do que quer pra implementar na agrofloresta pra dar aquele impulso, então a Rede Bartô pega a minha lista e faz a compra do material. (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020).

O Programa PROSPERA, segundo o portal da Secretaria de Trabalho do DF, é um crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de empreendedores, podendo ser estas pessoas físicas ou jurídicas e estarem em áreas urbanas ou rurais e possuir atividades de pequeno porte.(SETRAB, 2020).

A **AGRICULTORA 1**, também fala da suas experiências com a APROSPERA

Eu conheci o CSA através da APROSPERA, eu fiquei fascinada quando conheci o CSA, conheci como funcionava, conheci que os coagricultores valoriza o produtor, respeita o produtor, valoriza o trabalho da agricultura familiar [...] fui muito feliz de ter conhecido. (AGRICULTORA 1. Entrevista realizada em setembro de 2020).

5.1.3 Sobre as CSAs

Foi perguntado às agricultoras como elas chegaram até a Rede CSA, os impactos causados na vida dessas mulheres agricultoras, as maiores dificuldades que elas encontram enquanto produtoras, o funcionamento das CSAs durante o período de pandemia.

Nós conhecemos a CSA através de duas promotoras da CSA em Brasília né, que é a “madre” da CSA né. Elas dão o curso pra gente formar o CSA a gente tem que passar por elas né. Se a gente não fazer o curso, a gente não consegue fazer a CSA. E a presidente né, da associação da gente aqui [...]. (AGRICULTORA 3. Entrevista realizada em outubro de 2020)

As promotoras citadas pela **Agricultora 3**, comandam a empresa Matres Socioambiental, que foi um dos difusores da CSAs no Distrito Federal. Participaram do “I curso de Formação em CSA: da cultura do preço, para a cultura do apreço” ofertado pela CSA Demétria e trouxeram o conhecimento para Brasília para iniciar as novas formações de CSAs (TORRES, 2017).

A **AGRICULTORA 2**, relata como conheceu e a facilidade que ter uma CSA promoveu em sua vida.

Eu descobri a proposta da CSA através da APROSPERA, quando eu me associei já existia umas colmeias relacionadas ao CSA. Eu demorei um pouco de tempo pra entrar né, por que tinha todo o período de transição da terra, pra ver se eu não produzia com alguma coisa química. Então depois de todo esse período, aí eu tive meu CSA.[...] O CSA fez com que eu tivesse mais comodidade, a partir daí eu não preciso mais ficar batendo na porta tentando vender aquilo que eu tenho, eu já tenho pra quem levar diretamente. (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020).

Quando foi questionado em relação ao momento da pandemia **AGRICULTORA 3**, relatou o problema de não poder mais ter um momento com os coagricultores.

Nossa... nessa pandemia aí, foi um problema. Porque a gente tinha assim, um dedo de prosa né com nossos coagricultores, chegava lá *pra* fazer entrega e tinha tempo *pra* gente conversar[...] O que a gente poderia melhorar, o que eles gostariam que a gente plantasse pra eles...[...]Uma reuniãozinha a gente tinha sempre...Eles vinham aqui *pra* ver as plantações, vinha *pra* visitar a gente. Então com essa pandemia não teve mais conversa. As pessoas não podem mais se aproximar né, então isso aí ficou difícil *pra* gente... Vai esfriando as relações né[...] Essa aí tá sendo nossa maior dificuldade. A gente tá perdendo muitas pessoas, porque as pessoas vão esfriando né, por que não tem tempo de conversar, dizer o que eles querem né...[...]. (AGRICULTORA 3. Entrevista realizada em outubro de 2020.).

A **Agricultora 3** reforça que esse “esfriamento” causado pela pandemia, causou um abandono de algumas pessoas e a dificuldade de conseguir novas pessoas aderindo à sua CSA

[...] Saiu uns cinco (coagricultores), daqui da Asa Norte, eles disse que ia passar um tempo em outra cidade. Mas a gente reconhece né, a gente agradece eles porque se não fosse eles a gente tava enrolado. Ele fala que vai pra outra cidade, que vai dar um tempo porque os casos dessa epidemia aqui em Brasília tava muito alto. Mas aí pra gente achar outro é muito difícil, por que pra você arranjar, você tem que fazer uma reunião, pras pessoas poderem ver o produto...[...] Nem chegar perto pode, a gente chega lá e coloca a cesta, cada um pega a sua e só um “Oi” de longe[...] Na realidade as pessoas *tão* perdendo o vínculo, por que é diferente né, de você fazer uma reunião e conversar, do que você falar no telefone [...] é totalmente diferente (AGRICULTORA 3. Entrevista realizada em Outubro de 2020).

Apesar das dificuldades que encontraram esse ano, durante o período de pandemia, a **AGRICULTORA 3**, ainda ressalta que a CSA trouxe uma independência e mais liberdade para ela e a família.

[...] depois que a gente conseguiu esse projeto do CSA melhorou muito pra gente sabe, hoje graças a Deus a gente é mais independente tem mais liberdade [...] (AGRICULTORA 3. Entrevista realizada em outubro de 2020)

A **AGRICULTORA 2**, comenta sobre a possibilidade de compra, e aumento da renda que fazer parte da rede propiciou.

Eu consigo administrar melhor minha renda, eu consegui comprar um carro a partir daí, eu consigo levar minhas coisas *pra* um ponto só, eu não tenho que buscar compradores, eu tenho mais qualidade de vida. Eu não preciso sair de casa buscando compradores e tendo que voltar com produtos pra casa por não vender. Os coagricultores financiam de alguma forma a minha produção, então eu não preciso bater de porta em porta *pra* vender as coisas. (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020)

A **AGRICULTORA 2** listou alguns aspectos que podem ser lidos como negativos da CSA e posteriormente sobre como foi o funcionamento da sua CSA, durante a pandemia.

O CSA não é 100% seguro né, tem ano que você tá no alto, você tem muitos coagricultores daí no outro muitos saem da cidade, são transferidos do emprego. E os outros CSAs às vezes tem lista de espera né, de coagricultores. Mesmo sabendo que eles não vão diminuir suas cotas né, eles não passam pra frente, então eu acho isso negativo. No começo o pessoal ficou meio assustado né [...] depois fomos retornamos com todo cuidado, com sacolas higienizadas, produtos higienizados, as pessoas vindo buscar uma por vez. Depois eu peguei o vírus e tive que ficar mais quatro semanas sem entregar, mas depois disso eu voltei a entregar normal. Tudo dentro dos padrões de cuidado, eu procuro não usar embalagens mas infelizmente eu tive que ensacar as coisas, porque facilita minha entrega pra pessoa. (AGRICULTORA 2. Entrevista realizada em setembro de 2020).

A **AGRICULTORA 1**, também fala de como esse período afetou sua convivência com os coagricultores. E algumas dificuldades que tem dentro da CSA.

É muito ruim, a gente não teve convivência esse ano né. Teve a falta muito grande da convivência, por que toda semana a gente se encontrava, batia papo. Não teve visita né, eles *visita* a chácara pelo menos duas vezes no ano. [...] Pra mim fez falta por que eu gosto de mostrar pra eles o que eu tô fazendo, eu gosto de mostrar meu trabalho, eu gosto quando eles participam, [...] então a falta deles aqui na chácara é muito grande. [...] É complicado por que todo mês acontece alguma coisa, mês passado o meu carro que faço a entrega fundiu o motor e só isso foi cinco mil reais, e minha renda do CSA não dá isso, mas aí graças a Deus como o apoio do CSA, as pessoas se juntaram e tão pagando né o carro. [...] Por exemplo esse mês as duas bomba queimou[...] ai tem coisas que acontecem e você não tem capital guardado né, pra uma necessidade assim... Dá pra você viver apertado, mas graças a Deus que eu tenho renda, mesmo apertada mas tenho. (AGRICULTORA 1. Entrevista realizada em setembro de 2020).

6 CONCLUSÃO

Com as informações obtidas através desse trabalho pode-se concluir a importância da posse de terra e a titulação para as mulheres deste estudo, pois

através dessa posse, oportunidades para geração de renda e melhoria de vida podem surgir como possibilitar sua inserção no CSA. Dessa forma, as agricultoras conseguiram ter dignidade para ter o acesso a coisas básicas como terra para trabalhar, algum crédito de instalação, e melhorar a situação econômica de toda a família.

Conclui-se a importância de terem atuação, com o apoio do Estado, como linhas de crédito para pessoas assentadas da Reforma Agrária e da agricultura, e também a assistência técnica na atuação da EMATER-DF.

Foi observado que as organizações não governamentais, assim como as próprias associações presentes dentro do assentamento, têm ações de valorização do trabalho dessas mulheres e dão suporte através de projetos para tecnificar mais essas mulheres e propiciar um maior entendimento sobre agricultura e facilitando suas vidas no campo.

As Comunidades que Sustentam a agricultura, assumem um papel conjuntamente com esses outros órgãos presentes, formando uma rede, como uma alternativa que vai além dos moldes do mercado convencional e não somente o produtor ganha algo em troca, mas ambas as partes podem usufruir dos retornos vindo da terra.

Conclui-se que, portanto, que as formas de aproximação entre quem consome e quem produz, como é o caso das CSAs possibilitam que, mulheres assentadas rurais, desenvolvam-se como agricultoras, gerando renda e afirmando suas experiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[S.l.] (org.). **Assentamentos**. 2020. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html#:~:text=Basicamente%2C%20o%20a%20assentamento%20rural%20%20C3%A9,pertencia%20a%20um%20%20C3%BA%20pr%20opriet%20C3%A1rio>. Acesso em: 20 out. 2020.

BALSAN, R. IMPACTOS DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA1 / DECURRENT IMPACTS OF THE AGRICULTURE MODERNIZATION IN BRAZIL. **CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 1, n. 2, 11. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>> . Acesso em: 22 de maio de 2020.

BARBOSA, Maria L. D. A.; LERRER, Débora F. **O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária**. Revista Brasileira de Sociologia - Rbs, [s.l.], v. 4, n. 8, p. 243, 5 dez. 2016. Sociedade Brasileira de Sociologia. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.173>. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/244>. Acesso em: 23 maio 2020.

BASHFORD et al. **European Handbook on Community Supported Agriculture - Sharing Experience**: cartilha digital. Vienna: Community Supported Agriculture for Europe Project, 2013. Disponível em: <http://urgenci.net/wpcontent/uploads/2015/03/CSA4EUrope_Handbook.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2020

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese**: Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 68-80, 01 jan. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/index>>. Acesso em: 17 out. 2020

BRÜLL, D. **Análise: Economia Associativa**. 2016. Disponível em: <<http://www.sab.org.br/portal/economia-associativa/73-analise-de-dieter-bruell>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, Apr. 2004 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100011&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>.

BUTTO, Andrea, *Mulheres e Reforma Agrária no Brasil*, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead,2006.

CSA BRASÍLIA (Brasília). Csa Brasília. **O que significa co-agricultores?** 2015. Disponível em: <https://csabrasilia.wordpress.com/duvidas/>. Acesso em: 18 maio 2020

CSA BRASÍLIA (Brasília). Csa Brasília. **Tecnologia CSA**. 2016. Disponível em: <https://csabrasilia.wordpress.com/oque-e-csa/tecnologia-csa/> Acesso em: 18 maio 2020.

DEERE, Carmen Diana & LÉON, Magdalena, **Derechos de propiedad, herencia de las esposas e igualdad de género**: aspectos comparativos entre Brasil e Hispanoamérica, em Revista Estudos Feministas, CFH/CCE Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 9 nº 2/2001.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Nov. 2020.

FIUZA, Ana Louise de Carvalho et al. **Difusão de tecnologia e sexismo nas Ciências Agrárias**. *Cienc. Rural*, Santa Maria, v. 39, n. 9, p. 2614-2620, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782009000900036&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2020. Epub Nov 13, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782009005000224>.

FURLIN, N. **A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres**. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-284.

Guimarães, S. de M., & Gonçalves, R. Q. (2017). **Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”**. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 2(1), 231-251. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3287>>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

HENDERSON, E..**Community Supported Foods and Farming**. 2010. Disponível em: <<http://urgenci.net/csa-history?>>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

HENDERSON, Elizabeth; VAN EN, Robyn. **Sharing the harvest: a citizen's guide to Community Supported Agriculture** - revised and expanded edition. Vermont, USA:Chelsea Green Publishing Company, 2007.

JUNQUEIRA, A. H., & Moretti, S. L. do A. (2018). Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais: Community-supported Agriculture (CSA): social technology for the direct sale of food and for the revaluation of territorial food identities. **Estudos Sociedade E Agricultura**, 26(3), 517-538. Disponível em:

<https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_comunidade_que_sustenta>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

KAISER, Fátima Cecilia Paim *et al.* A APROSPERA prospera. In: **VI CONGRESSO LATINO AMERICANO, X CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA E V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO**, 2017, Brasília. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF. [s.l.]: Cadernos Agroecológicos, 2018. v. 13, p. 1-7. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/1558>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

KONDOH, K. **The alternative food movement in Japan: Challenges, limits, and resilience of the teikei system.** *Agric Hum Values* **32**, 143–153 (2015).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1986b). **Organização do Movimento. Quem é quem na luta pela terra.** Caderno de Formação. MST, s.1, (1).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2016a). **Apresenta informações sobre o MST.** Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>> Acesso em: 14 de jul de 2020.

PESSOA, Jeniffer Ribeiro; RI, Neusa Maria dal. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a formação para a igualdade de gênero.** Revista entr Brasileira de Educação do Campo, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 581-606, 2017. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p581>.]

PROSPERA. [S.I]. **Secretaria do trabalho-DF.** Disponível em: <http://www.trabalho.df.gov.br/prospera/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

REDE Bartô Brasil: **Associação Rede Rio São Bartolomeu de Mútua Cooperação.** Associação Rede Rio São Bartolomeu de Mútua Cooperação. [S.I]. Inter American Foudation. Disponível em: Associação Rede Rio São Bartolomeu de Mútua Cooperação. Acesso em: 01 nov. 2020.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

[S.I]. Maria Fernanda Maia. [S.I]. **Produtores da agroecologia inauguram sede no Alto São Bartolomeu (DF).** 2013. WWF- BRASIL. Disponível em: https://www.wwf.org.br/informacoes/sala_de_imprensa/?uNewsID=64783. Acesso em: 01 nov. 2020.

[S.I]. **Portaria INCRA nº 981 de 02/10/2003:** [s.i]. [S.I]. 2003. LegisWeb. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em: 01 nov. 2020.

TORRES, Camila Lombardi. **Comunidade que sustenta a agricultura: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília.**

2017.106 f., il. Dissertação (Mestrado em Design) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TORUNSKY, Flávia. **Justificativas em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura: um estudo de caso da CSA São Carlos/SP**. 2011. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ciências- Ecologia Aplicada) – USP/ Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear da Agricultura. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vol. 9 n° 2/2001 uploads/2015/03/CSA4EUrope_ Handbook.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

VILLWOCK, Ana Paula S., GERMANI, Alessandra R. M., RONCATO, Patrícia E. S. **Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira**. Revista Alamedas, v. 4, n. 1, 2016.

APÊNDICE

Roteiro de perguntas

Nome, Idade, Grau de escolaridade, Ocupação, Filhos, Estado civil, Filhos

Possui a posse de terra?

Como foi o processo de posse de terra?

Possuem a posse de terra? A propriedade está em seu nome?

Essa possibilidade da posse de terra te possibilitou uma maior independência financeira ou outros tipo de independência enquanto mulher e agricultora?

Conseguem viver apenas da renda adquirida pela agricultura?

Caso não, quais outras fontes de renda contribuem para a permanência da família no meio rural.

Como conheceu as CSAs?

As CSAs tiveram algum papel transformador na sua vida? Enquanto mulher, e enquanto agricultora, pode me dizer quais foram esses impactos?

Quais são as maiores dificuldade quem encontra enquanto agricultora?

Quais são as maiores dificuldade que encontra enquanto mulher vivendo no meio rural?

Você acha que as CSAs podem solucionar alguns dessas dificuldades?

Quais foram/estão sendo as maiores dificuldades para a CSAs nesse momento de pandemia? Algo piorou? Algo melhorou?